

LLA Distribuidora
de Títulos e
Valores
Mobiliários Ltda.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Cotistas e aos Administradores da
Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



André Dala-Pota
Contador CRC 1SP214007/O-2

LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Ativo circulante		683	4.476	Passivo circulante		182	4.523
Disponibilidades	4	362	290	Outras obrigações		182	4.523
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	3.593	Fiscais e previdenciárias	8.a	159	141
Aplicações no mercado aberto		-	3.593	Negociação e intermediação de valores	10	-	3.921
Outros créditos	6	312	593	Diversos	8.b	23	461
Rendas a receber		275	490	Patrimônio líquido	12	716	181
Diversos		37	103	Capital social		940	940
Outros valores e bens		9	-	Prejuízos acumulados		(224)	(759)
Despesas antecipadas		9	-				
Ativo realizável a longo prazo		138	125				
Outros créditos	6	138	125				
Diversos		138	125				
Permanente		77	103				
Imobilizado de uso		23	35				
Imobilizações de uso		432	432				
(-) Depreciação acumulada		(409)	(397)				
Intangível		54	68				
Ativos intangíveis		143	143				
(-) Amortização acumulada		(89)	(75)				
Total do ativo		898	4.704	Total do passivo		898	4.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro (prejuízo) líquido por quota, expresso em Reais)

		<u>Exercício</u>		
	Nota	2o. Semestre 2018	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		3	453	2.307
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3	453	2.307
Resultado bruto da intermediação financeira		3	453	2.307
Outras receitas (despesas) operacionais		(5)	321	(3.384)
Receitas de prestação de serviços	13	347	1.496	4.019
Despesas de pessoal	14	(45)	(427)	(4.333)
Despesas administrativas	15	(182)	(512)	(3.399)
Despesas tributárias		(129)	(247)	(502)
Outras receitas operacionais		4	11	861
Outras despesas operacionais		-	-	(30)
Resultado operacional		(2)	774	(1.077)
Resultado não operacional		-	-	(6)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(2)	774	(1.083)
Imposto de renda	11	7	(122)	-
Contribuição social	11	(4)	(117)	-
Lucro (prejuízo) líquido do semestre / exercício		-	534	(1.083)
Lucro (prejuízo) líquido por quota - R\$		-	0,0057	(0,0115)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

L.L.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Reserva de Lucros			Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial		
Saldos em 1º de janeiro de 2017	<u>941</u>	<u>32</u>	<u>457</u>	<u>(165)</u>	<u>1.265</u>
Prejuízos do exercício	-	-	-	(1.083)	(1.083)
Destinações dos lucros: Reservas	<u>-</u>	<u>(32)</u>	<u>(457)</u>	<u>489</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>941</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(759)</u>	<u>182</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2018	<u>941</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(759)</u>	<u>182</u>
Lucro líquido do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>534</u>	<u>534</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>941</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(225)</u>	<u>716</u>
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>941</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(224)</u>	<u>717</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>941</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(224)</u>	<u>717</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	2o. Semestre 2018	2018	2017
Lucro / (Prejuízo) líquido do semestre	<u>-</u>	<u>534</u>	<u>(654)</u>
Ajustes para conciliar o resultado líquido do semestre			
Depreciações e amortizações	13	26	79
Perda de investimetno	-	-	6
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>480</u>	<u>239</u>	<u>1</u>
Lucro / (Prejuízo) líquido ajustado	<u>494</u>	<u>800</u>	<u>(568)</u>
Variações de Ativos e Passivos			
(Aumento) / Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	227	3.593	842
(Aumento) / Redução em Outros Créditos	159	268	1.275
(Aumento) / Redução em Outros Valores e Bens	(5)	(9)	(39)
Aumento / (Redução) em Outras Obrigações	<u>(541)</u>	<u>(4.580)</u>	<u>(1.888)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>334</u>	<u>72</u>	<u>(378)</u>
Aumento / (Redução) de caixas e equivalentes de caixa	<u>334</u>	<u>72</u>	<u>(378)</u>
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre	(227)	290	1.452
No fim do semestre	<u>107</u>	<u>362</u>	<u>1.074</u>
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>334</u>	<u>72</u>	<u>(378)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Distribuidora”), tem como principal cotista a LLA Holding Financeira Ltda., e foi constituída em 03 de junho de 1991 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 31 de janeiro de 1992.

A Distribuidora é uma sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.179, 8º andar. Concentra suas operações na distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, na administração de carteiras, e opera no mercado acionário, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários por conta de terceiros. Possui como objeto social a prática de operações inerentes às distribuidoras de títulos e valores mobiliários, incluindo a compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a prática de operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e a prestação de serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais. Durante o terceiro trimestre de 2013, foi iniciada a atividade de intermediação de renda fixa via custódia própria na LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliária Ltda.

Em 16 de dezembro de 2014, o Andorra Banc Agricol Reig adquiriu 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A. (“Banco”) com objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro. Com isso a Distribuidora passou a fazer parte do conglomerado prudencial onde o “Banco” é líder. Em 06 de junho de 2016 o Banco adquiriu 99,99% das ações LLA Holding Financeira Ltda. (controladora da Distribuidora). Desta união são esperadas sinergias e reduções de custo as quais deverão resultar no aumento dos resultados apresentados. Não obstante o compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

A Distribuidora encontra-se em fase de reestruturação operacional e as demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, que está suportado por um plano de negócios formalizado que considera a migração de suas atividades operacionais para o seu controlador, o Banco Andbank (Brasil) S.A. Esse plano de negócio já está em vigor, haja vista a transferência dos serviços de intermediação e custódia realizados no decorrer de 2018 para Banco Andbank (Brasil) S.A. Nesse contexto e, considerando o compromisso do Controlador com o plano de negócio aprovado e, em suportar o Grupo no Brasil com eventuais aportes de capital, além dos resultados apresentados no exercício de 2018, não há fatores relevantes para análise de continuidade da Distribuidora.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e homologadas pelo Banco Central do Brasil, as normas aprovadas pelo CMN - Conselho Monetário Nacional e as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Distribuidora.

Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valores de mercado de títulos e valores mobiliários e depreciação do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Distribuidora revisa essas estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Em 22 de março de 2018 foi autorizada pela Administração a conclusão das demonstrações financeiras da Distribuidora.

3 Resumo das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e computados sobre os ativos e passivos indexados.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

d. Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários quando aplicável; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento.

e. Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data base das demonstrações financeiras.

f. Imobilizado e intangível

O imobilizado está contabilizado ao custo da aquisição e a depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, sendo 20% a.a. para Sistema de Processamento de Dados e 10% a.a. para as demais contas.

O intangível é representado por aquisição de sistemas informatizados, sendo amortizado à alíquota de 20% ao ano.

g. Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20% para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observado que a Distribuidora possui créditos tributários não ativados de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais.

h. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Distribuidora revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Distribuidora avalia os ativos não financeiros a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos não financeiros são avaliados, no mínimo, uma vez por ano ou quando ocorrer a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à data presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita em nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Não foi identificado qualquer evento na Distribuidora que justificasse provisão de perdas por *impairment* para os ativos não financeiros.

j. Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- (i) **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- (ii) **Passivos contingentes** - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- (iii) **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

k. Negociação e intermediação de valores (saldos passivos)

Referem-se à negociação de valores mobiliários por conta de clientes e são registradas pelos seus valores de liquidação.

l. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

m. Alterações de normas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- **CPC 00** - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- **CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- **CPC 03 (R2)** - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- **CPC 04 (R1)** - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- **CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- **CPC 23** - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- **CPC 24** - Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- **CPC 27** - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- **CPC 33** - Benefícios pago a empregados - homologado pela Resolução 4.424/15.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras da Distribuidora.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2018	2017
Disponibilidades	362	290
Aplicações no mercado aberto - posição bancada (Nota 5)	-	227
Total	362	517

5 Aplicação interfinanceiras de liquidez

Os saldos apresentados na rubrica de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez tratam-se de recursos proprietários e saldos em conta de terceiros.

	2018	2017
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (a) - Recursos proprietários	-	227
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (a) - Conta de terceiros	-	3.366
Total	-	3.593

(a) São operações compromissadas que possuem vencimento em D + 1.

6 Outros créditos

	2018	2017
Comissões e Corretagens a Receber	275	490
Impostos e contribuições a compensar	138	125
Valores a receber - partes relacionadas (Nota 7)	33	99
Diversos	4	4
Total	450	718
Ativo circulante	312	593
Ativo realizável a longo prazo	138	125

7 Partes relacionadas

A Distribuidora possui como controladora direta a LLA Holding Financeira Ltda. e controladora indireta o Banco Andbank (Brasil) S.A. e o Andorra Banc Agricol Reig S.A. Adicionalmente os cotistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas da Distribuidora por possuírem controle em conjunto sendo elas:

- LLA Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- LLA Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.
- LLA Participações Ltda.
- LLA Wealth Participações Ltda.

São consideradas pessoas chave da Distribuidora sua diretoria executiva, que recebeu um total de R\$ 19 (vide nota 14) no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 72 em dezembro de 2017).

A Distribuidora manteve no período saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, relativas a contratos de prestação de compartilhamento de custos administrativos, conforme apresentado no quadro a seguir:

Sociedades ligadas

	2018		2017	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
LLA Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber	3	43	-	25
Valores a pagar	-	(3)	-	(1)
LLA Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber	4	224	3	135
Valores a pagar	(2)	(30)	-	(1)
Andorra Banc Agricol Reig S.A.				
Valores a receber	-	-	91	91
Banco Andbank (Brasil) S.A (a)				
Valores a receber	27	411	5	-
Valores a pagar	(22)	(533)	(298)	-
Total a receber - Outros créditos - Diversos	33	678	99	251
Total a pagar - Outras obrigações - Diversas	(24)	(566)	(298)	(2)

(a) Em maio de 2017 foi efetuada a atualização do contrato de rateio das empresas do Grupo.

8 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	2018	2017
Impostos e contribuições sobre serviço	1	10
Previdência social	-	17
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	-	7
IRRF sobre salários	-	23
PIS a pagar	-	3
COFINS a pagar	1	21
ISS a pagar	1	14
Imposto de renda sobre resgate de renda fixa	-	46
Imposto de renda e Contribuição Social sobre Lucro	156	-
Total	159	141

b. Diversos

	2018	2017
Encargos trabalhistas	-	118
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 7)	22	298
Outros	-	45
Total	22	461

9 Contingências passivas

A administração não tem conhecimento de nenhuma contingência passiva classificada como perda provável. Desta forma não há provisão constituída para contingências para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. Em 2018, a contingência avaliada por nossos assessores jurídicos como perda possível é representada por uma causa fiscal no montante de R\$ 1.

10 Negociação e intermediação de valores

Os saldos classificados em negociação e intermediação de valores no passivo são substancialmente compostos por operações com valores mobiliários por conta de clientes a liquidar e saldo remanescente de operações realizadas, conforme segue:

	2018	2017
Negociação e intermediação de valores (Passivo) (a)	-	3.820
Comissão dos agente autônomo - PJ	-	101
Total	-	3.921

- (a) Os saldos sofreram redução no período dado a transferência dos serviços de intermediação e custódia a partir do dia 2 de abril de 2018 para o Banco Andbank (Brasil) S.A. conforme especificado na nota 1 Contexto Operacional.

11 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes da tributação	774	(1.084)	774	(1.084)
Efeitos das adições/exclusões	60	94	60	94
Adições permanentes	60	94	60	94
Exclusões permanentes	-	-	-	-
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	833	(990)	833	(990)
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	250	-	250	-
Base de cálculo	583	(990)	583	(990)
Conforme alíquotas efetivas (a):				
Imposto de renda corrente	122	-	-	-
Contribuição social corrente	-	-	117	-
Resultado do imposto de renda e contribuição social	122	-	117	-

- (a) Vide nota explicativa 3 “g”.

A Distribuidora possui créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$ 410 (R\$ 574 em dezembro de 2017).

12 Patrimônio líquido

O Capital Social está representado por 94.034.661 (noventa e quatro milhões, trinta e quatro mil, seiscentas e sessenta e uma), quotas de R\$ 0,01 cada uma em 31 de dezembro de 2018 e 2017, totalmente subscritos e integralizados, por cotistas domiciliado no país.

Em 31 de dezembro de 2018 não foi constituída Reserva Legal. Em dezembro de 2017, as Reservas Legal e Especial foram utilizadas para compensar os prejuízos do exercício de 2016, conforme previsto na Circular 1.273/87 do Banco Central do Brasil.

13 Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre 2018	2018	2017
Rendas de Comissões e Colocações de Títulos	321	1.103	2.606
Rendas de Corretagens de Operações em Bolsa	26	193	373
Rendas de Serviços de Custodia	-	177	945
Rendas de Outros Serviços	-	23	95
Total	347	1.496	4.019

14 Despesas de pessoal

	2º Semestre 2018	2018	2017
Despesas de proventos	(5)	(235)	(2.752)
Despesas de pro-labore	(5)	(19)	(72)
Despesas de encargos sociais	(1)	(85)	(847)
Despesas com benefícios	(25)	(73)	(600)
Despesas de treinamento	-	(1)	(15)
Despesas de remuneração de estagiários	(9)	(14)	(47)
Total	(45)	(427)	(4.333)

15 Despesas administrativas

	2º Semestre 2018	2018	2017
Despesas de serviços do sistema financeiro (a)	(45)	(192)	(1.489)
Despesas de processamento de dados	(29)	(117)	(693)
Despesas de serviços técnicos especializados	(2)	(3)	(401)
Despesas de depreciação e amortização	(13)	(26)	(92)
Despesas de aluguéis/ água e energia	(13)	(32)	(177)
Despesas de comunicações	(39)	(56)	(155)
Despesas de serviços de terceiros	(4)	(14)	(56)
Despesas de publicações	(2)	(5)	(50)
Outras	(36)	(68)	(286)
Total	(182)	(512)	(3.399)

- (a) Composto substancialmente por despesas relacionados a gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias.

16 Limites operacionais

Em Janeiro de 2015 a LLA Distribuidora passou a fazer parte do conglomerado econômico onde o Banco Andbank (Brasil) S.A. é o líder e por descisão do Banco Central do Brasil, com base em atos estatutários, a Distribuidora foi dispensada de enviar as informações de limites operacionais, sendo de responsabilidade do Banco líder do conglomerado informar as posições consolidadas. Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Basileia do conglomerado é de 80,8% (27,91% em dezembro de 2017).

	2018	2017
Capital Social e Reservas	222.317	137.875
(-) Deduções do Capital Social incluindo ajustes prudenciais	69.669	74.354
Patrimônio de Referência (PR)	152.648	63.521
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	136.354	42.467
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	16.294	21.054

17 Gestão de riscos

A Distribuidora considera o gerenciamento de risco um instrumento importante de controle das atividades, prevenção e mitigação de riscos além de auxiliar a tomada de decisões por parte da direção da Distribuidora.

A estrutura de gerenciamento de risco é composta por todas as áreas da empresa, e daí a importância da cultura organizacional, da área de controle de risco, do Comitê de Risco e Controles Internos, da Diretoria da Distribuidora e da auditoria interna.

A Auditoria Interna é responsável por conferir se os processos referentes ao risco de mercado, operacional, crédito e liquidez estão aderentes às normas e políticas internas e à legislação brasileira.

a. Risco de mercado

A área administrativa financeira segue uma política de investimentos dos recursos proprietários na execução dos investimentos dos recursos da Distribuidora, investimentos estes que são monitorados pela área de controle de risco, em base diária, realizando análises de risco tais como *value at risk* (VAR) e cenários de stress além da aderência às políticas já mencionadas.

Tais análises são reportadas ao Comitê de Risco e Controles Internos, o qual pode determinar alguma ação imediata em função dos resultados apurados, inclusive com a possibilidade de alteração da política de investimentos proprietários.

A área de controle de risco é responsável pela realização de testes de avaliação com periodicidade no mínimo anual.

b. Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional é executado, em primeiro nível, por cada funcionário ou colaborador da instituição sendo que a responsabilidade primária é do gestor de cada área.

Em segundo plano, realizando outros controles e mapeando os riscos das atividades executadas na Distribuidora, está a área de controle de risco que tem por obrigação além de mapear os riscos, redesenhar processos, criar controles e, através do monitoramento constante, reportar ao Comitê de Risco e Controles Internos e à direção da Distribuidora.

Por fim, o Comitê de Risco e Controles Internos, devidamente autorizado pela diretoria da Distribuidora, cria e aprova políticas internas relacionadas ao gerenciamento de risco operacional.

c. Risco de crédito

A área administrativa financeira segue uma política de investimentos dos recursos proprietários e só realiza operações com contrapartes devidamente autorizadas pelos Comitês ou ainda a Diretoria da Distribuidora.

Os investimentos e operações são monitorados pela área de controle de risco, em base diária, realizando análises de risco e aderência às políticas e diretrizes mencionadas anteriormente.

Tais análises são reportadas ao Comitê de Risco e Controles Internos, o qual pode determinar alguma ação imediata em função dos resultados apurados, inclusive com a possibilidade de alteração de políticas e diretrizes da Distribuidora.

d. Risco de liquidez

A área administrativa financeira segue uma política de investimentos dos recursos proprietários que restringe o prazo de seus investimentos e operações que são monitoradas pela área de controle de risco, em base diária, realizando análises de risco e aderência às políticas e diretrizes mencionadas anteriormente.

Tais análises são reportadas ao Comitê de Risco e Controles Internos, o qual pode determinar alguma ação imediata em função dos resultados apurados, inclusive com a possibilidade de alteração de políticas e diretrizes da Distribuidora.

18 Ouvidoria

O componente organizacional encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN 4.433 de 23 de julho de 2015.

19 Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

20 Eventos subsequentes

Conforme 35. Alteração do Contrato Social, realizada em 15 de fevereiro de 2019, a Administração da Andbank DTVM aprovou a incorporação da sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., na data base de 30 de junho de 2018.

Em decorrência da incorporação, capital social foi aumentado em R\$ 155 passando o capital social dos atuais R\$ 940 para R\$ 1.095, mediante a criação de 20.309.013 (vinte milhões, trezentos e nove mil e treze) novas quotas idênticas as atuais de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma. Após o processo de incorporação, a composição do capital social passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricol Reig S.A.

A seguir demonstramos os valores de incorporação referente a data base de 30 de junho de 2018 e de variações patrimoniais até a data de aprovação da incorporação em 15 de fevereiro de 2019:

	30.06.2018	15.02.2019
Disponibilidade	-	152
Títulos e Valores Mobiliários	156	(156)
Outros Créditos	-	3
Total do Ativo	156	(1)
Outras Obrigações	1	(1)
Patrimônio Líquido	155	-
Total do Passivo	156	(1)